

Participação social: o que e como está sendo abordada nos estudos nacionais

Discutir o que e como está sendo estudada a participação social no Brasil, bem como identificar lacunas que ainda não foram supridas sobre essa temática. A pesquisa utilizou a revisão integrativa da literatura por meio da busca de artigos científicos nas bases Web of Science, Scielo e CAPES. Os achados são consistentes com estudos anteriores que investigam a participação social sob a perspectiva das políticas públicas, instituições participativas, conferências, conselhos e orçamentos participativos. Por outro lado, evidenciam a necessidade de adotar novas metodologias a fim de ampliar a participação ativa de crianças na formulação de políticas públicas às quais são as principais destinatárias, bem como as contribuições teórico-analíticas acerca do fenômeno das redes focado na participação social. O campo de pesquisa vem se debruçando sobre políticas públicas, com destaque para a área da saúde, e sobre a estrutura, implementação e funcionamento dos conselhos, porém ainda com necessidade de uma maior publicização das experiências e dos conhecimentos gerados sobre os conselhos criados no âmbito dos orçamentos participativos. Verifica-se que há formatos institucionais de participação surgindo em nossa sociedade, no entanto se percebe a necessidade de se aprofundar as motivações para participação nesses espaços. Ainda, verificou-se a predominância de trabalhos empíricos, com uma quantidade significativa de estudos de casos e utilização de métodos qualitativos. Este trabalho contribui para o estudo da participação social no contexto brasileiro em dois aspectos: por apresentar uma revisão integrativa de literatura atualizada e pela adoção de protocolos de pesquisa detalhados e pautados na confiabilidade, a fim de permitir a sua reprodução. Além de identificar lacunas teóricas que ainda não foram supridas e que poderão contribuir para estudos futuros.

Palavras-chave: Participação social; Controle social; Cidadania; Participação; Revisão integrativa da literatura.

Social participation: what and how it is being addressed in national studies

To discuss what and how social participation is being studied in Brazil, as well as to identify gaps that have not yet been filled. The research used integrative literature review by searching scientific articles in the Web of Science, Scielo and CAPES databases. The findings are consistent with previous studies that investigate social participation from the perspective of public policies, participatory institutions, conferences, councils, and participatory budgets. On the other hand, they highlight the need to adopt new methodologies in order to expand the active participation of children in the formulation of public policies to which they are the main addressees, as well as the theoretical-analytical contributions about the phenomenon of networks focused on social participation. The field of research has been focusing on public policies, especially in the area of health, and on the structure, implementation and functioning of councils, although there is still a need for greater publicizing of the experiences and knowledge generated about the councils created within the scope of participatory budgets. It is verified that there are institutional formats of participation emerging in our society; however, the need to deepen the motivations for participation in these spaces is perceived. There was also a predominance of empirical works, with a significant number of case studies and the use of qualitative methods. This work contributes to the study of social participation in the Brazilian context in two aspects: by presenting an integrative review of updated literature and by adopting detailed research protocols based on reliability, in order to allow their reproduction. In addition to identifying theoretical gaps that have not yet been filled and that may contribute to future studies.

Keywords: Social participation; Social control; Citizenship; Participation; Integrative literature review.

Topic: **Gestão Pública**

Received: **02/04/2022**

Approved: **10/06/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Stella Pereira Leite 
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5832257842814449>
<https://orcid.org/0000-0002-8418-8201>
stellapereiraite@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2022.002.0015

Referencing this:

LEITE, S. P.. Participação social: o que e como está sendo abordada nos estudos nacionais. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v.13, n.2, p.224-239, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.002.0015>

INTRODUÇÃO

A participação social vem ganhando destaque na produção técnico-científica nacional pelo crescimento dos estudos, e por oferecer subsídios tanto para o poder público, ao proporcionar uma melhor compreensão a respeito da utilidade das instituições participativas (IPs) para auxiliar estrategicamente gestores a moldar políticas e práticas públicas, como para a sociedade civil, ao contribuir no aprimoramento da gestão e o desempenho cidadão a partir do entendimento sobre a amplitude do seu poder como estratégia de integração no processo de gestão no setor público.

Avritzer (2010) e Carvalho (2002) alertam para o baixo potencial de participação social no país. Para ajudar a transformar esse cenário, demanda-se o desenvolvimento das relações entre sociedade civil e cidadania em âmbito nacional (DAGNINO, 2004). A cidadania é um fenômeno complexo que perpassou por diferentes fases durante a história, sendo influenciada pelo tempo e o espaço de um determinado lugar (DAGNINO, 2004; PINSKY et al., 2016). Com essas mudanças, o seu conceito passou a se vincular os deveres e aos direitos dos cidadãos, com a tendência de estar relacionados a três conteúdos: civil (possibilitando a vida em sociedade), político (propiciando a participação no governo da sociedade) e social (garantindo participação na riqueza coletiva). Essa abordagem formulada por Marshall (1967), define a cidadania como um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade, que detém a igualdade de direitos e obrigações, e afirma que o cidadão pleno seria aquele que desfrutasse dos três direitos: civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967; CARVALHO, 2002).

Para Heater (2004), a percepção de como o mundo vive e compreende a cidadania atualmente, está diretamente relacionada com as formas de participação social. Segundo Sim (2011), a maioria das concepções de cidadania inclui, entre seus elementos-chave, a noção de participação na vida pública e que para ser um cidadão, é necessário a capacidade de tomar parte ativa no controle do próprio destino.

Segundo Arnstein (1969), há vários meios que possibilitam o envolvimento civil nas questões coletivas, como a participação em comitês ou conselhos deliberativos, em assembleias de bairro, em audiências públicas, em movimentos sociais e em ações de parceria com o Estado. Para a autora, “participação é a redistribuição de poder que permite a inclusão ativa dos cidadãos”. A tipologia de Arnstein (1969), a escada da participação cidadã, uma escada em que a participação dos cidadãos aumenta à medida que se avança nos degraus, permeando desde os degraus iniciais onde não existe participação (manipulação e terapia) até os degraus superiores (delegação de poder e controle cidadão) que detém um certo grau de poder no processo de tomada de decisão ou até o poder gerencial.

Cunill (1991) afirma que a participação implicaria na criação de novos caminhos ou novas relações entre a sociedade civil e a esfera pública, dependendo, assim, de quatro fatores: níveis da participação, caráter da intervenção dos cidadãos nas atividades e/ou órgãos públicos, caráter dos sujeitos sociais intervenientes e origem do impulso à participação. A participação dos cidadãos se trata de uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta que se exerce de forma direta e de um método de governo baseado em um nível de institucionalização das relações Estado-sociedade (CUNILL,

1991).

A participação envolve uma conduta ativa dos cidadãos nas decisões e ações públicas, na vida da comunidade e nos assuntos de interesse das coletividades de que sejam integrantes (FLORES et al., 2008), possibilitando que as instituições públicas considerem os interesses e concepções dos cidadãos no processo decisório. Com isso, esse trabalho buscou abranger tudo aquilo que e como vem sendo estudado sobre participação social no contexto brasileiro.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir o que e como está sendo estudada a participação social no Brasil, bem como identificar lacunas que ainda não foram supridas sobre essa temática. A metodologia empregada é a revisão integrativa e seguiu o modelo proposto por Botelho et al. (2011), que apresenta seis etapas para revisão integrativa, as quais serão detalhadamente descritas, de modo a possibilitar a reaplicação do estudo.

Este artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia adotada; a terceira seção destaca a discussão teórica; e a última seção traz as conclusões.

METODOLOGIA

Com o objetivo de sintetizar e analisar um tema por meio de estudos já realizados (BOTELHO et al., 2011), optou-se por utilizar o método da revisão integrativa da literatura e seguiu-se as etapas apresentadas por Botelho et al. (2011), são elas: (i) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (ii) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (iii) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (iv) categorização dos estudos selecionados; (v) análise e interpretação dos resultados; e (vi) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A primeira etapa do trabalho consistiu na escolha do tema e na definição da questão a ser respondida na pesquisa. A seleção dos textos teve o intuito de abarcar os principais estudos referentes a participação social, com o objetivo de verificar o que está sendo estudado e como está sendo pesquisada essa temática no Brasil.

Dessa forma, a aplicação do método foi realizada buscando artigos científicos e revisões que continham no título o descritor *“social participation” AND “public managers” OR “participatory institution” OR “social control”* em bancos de dados *Web of Science (WOS)*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). A escolha da WOS deve-se por ser a maior base de dados internacional (WEN et al., 2021) e as bases SciELO e CAPES devido a relevância que apresentam para a academia brasileira (AGUIAR et al., 2017). O acesso às bases foi realizado em janeiro de 2022, sem o filtro “idioma” e “período de publicação” e na categoria Administração Pública, resultando em 75 artigos.

Diante disso, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, como segunda etapa da revisão. Adotou-se como critérios de inclusão: (i) estudos publicados na forma de artigo científico; (ii) trabalhos disponíveis na íntegra; e (iii) tratar sobre participação social no Brasil. Os critérios de exclusão foram: (i)

trabalhos repetidos nas bases de dados escolhidas; (ii) artigos não disponíveis na íntegra; (iii) assuntos que não tem relação direta com a área de pesquisa; (iv) estudos sobre participação social não relacionados ao Brasil visto que o estudo está alicerçado na participação social no contexto nacional. Após a aplicação desses critérios, restaram 41 artigos.

Na terceira etapa da revisão foi realizada a identificação dos estudos selecionados para que se tenha uma visão geral das publicações que formam o conjunto a ser analisado. Como parte inicial da etapa, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos 41 artigos resultantes da etapa anterior desta revisão. Essas leituras serviram para selecionar os estudos que serão analisados integralmente nesta revisão.

Após a realização das leituras, foram excluídos 9 artigos. Essa exclusão se baseou no fato dos estudos apresentarem alguns elementos incompatíveis com os objetivos desta revisão, como por exemplo: poucos avanços sobre a temática abordada nesta pesquisa e assuntos já abordados em outros estudos que constam na lista dos incluídos.

Quadro 1: Estudos selecionados.

ITEM	AUTOR(ES)	TÍTULO	OBJETIVO	ANO
1	Kauchakje	Participação Social no Brasil diante da Desestruturação das Políticas Sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a cidadania nas relações societárias	Reflete sobre o significado dos novos formatos da participação social da sociedade civil organizada no Brasil.	2002
2	Jacobi	Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadã	Aprofunda a reflexão em torno das dimensões da participação e das possibilidades de ampliação da cidadania.	2002
3	Guizardi et al.	Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde	Analisa a experiência de participação de um movimento popular em Conselhos de Saúde e sua relação com o poder executivo.	2006
4	Cotta et al.	Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde	Dimensiona o nível de informação e conhecimento dos Conselheiros Municipais de Saúde de Viçosa – MG, em relação a suas atribuições e funções.	2009
5	Bassi et al.	Participação e Controle Social no FUNDEF e no FUNDEB	Discute aspectos do controle social realizado pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS).	2009
6	Moisés et al.	A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento	Relata uma análise crítica de dois programas governamentais.	2010
7	Cotta et al.	Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social	Analisa o formato institucional do CMS de Viçosa (MG), abordando sua estrutura e dinâmica de funcionamento, regras de composição e competências.	2010
8	Bringhenti et al.	Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos	Apresenta a percepção sobre a questão da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, de diferentes grupos populacionais do município de Vitória (ES).	2011
9	Barros	Redes e participação social em campos políticos da cooperação internacional – a experiência brasileira	Discute as novas forças sociais, novas estruturas de poder e novos espaços públicos de governança, participação e cidadania na contemporaneidade – internacionais, transnacionais e globais.	2011
10	Coelho,	Construindo a Participação Social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação	Aborda algumas questões sobre a busca e concretização da participação social no SUS.	2012
11	Severo et al.	A Participação no Controle Social do SUS: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Identifica a concepção dos membros do Coletivo Nacional de Saúde do MST sobre a participação no controle social do SUS e discute as estratégias adotadas nessa direção.	2012
12	Costa et al.	Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo	Contribui para a Reforma Psiquiátrica, propondo-se a analisar um de seus atuais desafios: o exercício de protagonismo e participação social de usuários em saúde mental.	2012
13	Andrade et al.	A participação da sociedade civil nos conselhos de saúde e de políticas sociais no município de Pirai, RJ (2006)	Aborda a participação de conselheiros, representantes da sociedade civil, no conselho de saúde, como inserida em uma rede que envolve conselhos e organizações da sociedade civil, em um município pequeno.	2013
14	Lima	O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia	Contribui com a avaliação dos limites e avanços da democracia participativa.	2014
15	Fracolli et al.	Perspectivas das Ações Intersetoriais, de Inclusão e Participação Sociais Desenvolvidas por Agentes Comunitários de Saúde	Identifica a frequência das ações intersetoriais, de inclusão e participação sociais desenvolvidas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS).	2015
16	Oliveira et al.	Participação social no contexto da Atenção Primária em Saúde: um estudo de caso das Comissões Locais de Saúde do SUS de Belo Horizonte	Analisa as Comissões Locais de Saúde (CLS) do Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte (SUS-BH) como espaços de ampliação da democracia à luz da Teoria Democrática Deliberativa.	2015
17	Oliveira et al.	Participação das instâncias de controle social na Política de Saúde Mental da Bahia, 2001-2013	Analisa a participação das instâncias de controle social do SUS-Bahia na Política Estadual de Saúde Mental.	2015
18	Peixoto et al.	Perspectivas Teórico-Metodológicas sobre Participação Social em Rede	Apresenta contribuições teórico-analíticas acerca do fenômeno das redes, com foco na participação social estruturada sob esse formato.	2016
19	Kezh et al.	Entaves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde	Descreve a participação do segmento dos trabalhadores em um Conselho Municipal de Saúde, identificando os fatores que podem se constituir em entaves à efetiva participação dos representantes deste segmento.	2016

20	Gonçalves et al.	Participação Social, Planejamento Urbano e Promoção da Saúde em Campo Grande (MS)	Apresenta a participação social em uma iniciativa da promoção da saúde desenvolvida em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.	2017
21	Poletto et al.	A Participação da Sociedade Civil nas Políticas Públicas de Habitação: Uma Análise sobre o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis	Verifica a participação da sociedade civil nos processos de formulação de políticas públicas de habitação.	2017
22	Souza	Gestão da água e saneamento básico: reflexões sobre a participação social	Contribui para o aperfeiçoamento das práticas participativas de gestão das águas.	2017
23	Oliveira et al.	Análise dos fatores que influenciam e condicionam a participação social na Atenção Primária à Saúde	Identifica e analisa os fatores que influenciam e condicionam a decisão de participar nas Comissões Locais de Saúde, espaços participativos localizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).	2017
24	Magalhaes et al.	Aspects of autonomy and heteronomy in the exercise of social control in a municipal health council	Analisa o exercício do controle social exercido pelo conselho municipal de saúde na cidade de Juiz de Fora.	2018
25	Costa et al.	A qualidade da participação em Conselhos Gestores de Políticas Públicas: a experiência de um Conselho de Assistência Social	Compreende a qualidade da participação que acontece em um Conselho, bem como a relação do Conselho com o órgão da administração municipal responsável pela política.	2018
26	Grin	The hot seat between the representative democracy and social control: the Council of Representatives in the PT's government (2001-2004) in Sao Paulo city	Analisa por que os Conselhos de Representantes não foram implementados.	2018
27	Alvarenga et al.	Participação social e segurança pública: funcionamento e desafios dos conselhos comunitários de segurança no estado de São Paulo (Brasil)	Lança um olhar sobre os CONSEGS no estado de São Paulo, a fim de verificar como eles funcionam três décadas após sua instituição.	2020
28	Almeida et al.	Participatory institutions and repertoires of interaction: The National Councils of Health and Social Assistance in impeachment context	Lança luz sobre a reação e/ou resistência dos atores nas IPs em face da conjuntura adversa à participação social no âmbito nacional.	2020
29	Almeida	Civil society representation and digital accountability in Brazilian participatory institutions	Entende como as plataformas de mídia social, como as Páginas do Facebook, são utilizadas como uma ferramenta de responsabilidade digital entre os representantes não-eleitorais e aqueles que eles afirmam representar.	2021
30	Silva et al.	State co-financing for participation and social control in social assistance policy and its effects for the functioning of municipal councils: analyzing Minas Gerais and Para states	Verifica o cumprimento da prioridade estabelecida para o nível estadual de "apoiar o funcionamento das instâncias de controle e participação social da política de assistência social", com foco nos efeitos dos aportes financeiros destinados à participação em âmbito municipal.	2021
31	Touchton et al.	Of democratic governance and revenue: Participatory institutions and tax generation in Brazil	Estima as relações de cooperação entre as instituições participativas e o cumprimento fiscal local no Brasil.	2021
32	Waldman et al.	Caminhos da Participação Social na Formulação de Políticas Públicas: Infância e Migração Internacional em São Paulo	Analisa como o tema da infância apareceu nas duas Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes.	2021

O quadro 1 apresenta os 32 estudos, que foram analisados na íntegra via análise de conteúdo categorial, com o objetivo identificar como está sendo pesquisado a participação social no Brasil, com foco nas seguintes categorias: objetivo do estudo, tipos de pesquisa, métodos de pesquisa, abordagem utilizada, temas abordados e principais resultados obtidos pelos autores. A seguir, a Figura 1 ilustra os procedimentos de seleção para revisão integrativa da literatura.

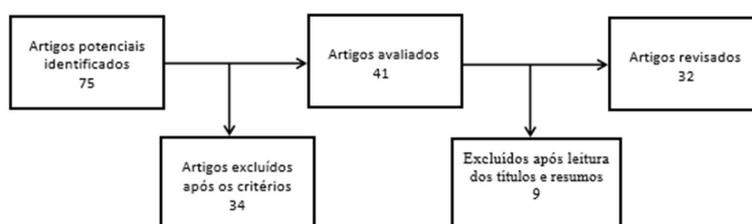


Figura 1: Procedimentos de seleção para revisão integrativa da literatura

DISCUSSÃO TEÓRICA

A quarta etapa da revisão integrativa consiste na categorização dos estudos selecionados, com o objetivo de sistematizar e documentar as informações extraídas dos 32 trabalhos selecionados nesta revisão, buscando evidenciar o que está sendo abordado no campo da participação social no Brasil.

Instituições Participativas

Para compreender as instituições participativas (IPs), Almeida et al. (2020) estudaram a reação e/ou resistência dos atores nas IPs em face da conjuntura adversa à participação social no âmbito nacional. Já Touchton et al. (2021) exploraram as relações de cooperação entre as IPs e o cumprimento fiscal local no

contexto brasileiro.

Continuado no contexto brasileiro, Kauchakje (2002) reflete sobre os novos formatos da participação social da sociedade civil organizada no Brasil, a exemplo de movimentos sociais, conselhos gestores, fóruns e orçamento participativo, entendendo tais formatos de participação e gestão social como uma alternativa à ausência da mediação das políticas públicas e dos direitos relacionados à igualdade, na construção de laços sociais e de civilidade nas relações societárias, tendo como perspectiva a cidadania e a civilidade nas relações societárias.

Orçamento Participativo

Jacobi (2002) aprofunda a reflexão em torno das dimensões da participação e das possibilidades de ampliação da cidadania, identificando as dificuldades da institucionalização da participação decorrentes da heterogeneidade dos grupos comunitários e associativos, corroborando em problemas de representação, criando tensões e acirrando a concorrência e a pressão dos grupos organizados, que pode resultar em um esvaziamento dos mecanismos de decisão coletiva.

O autor reforça a importância de pensar a participação como um método de governo, a partir de experiências que inovam na relação entre Estado e sociedade civil, a exemplo dos Orçamentos Participativos, embora ressalte que no atual quadro brasileiro, estas dependem da vontade política dos governantes e do tecido associativo.

Conselhos

Os estudos relacionados aos conselhos abordam o formato institucional, estrutura e dinâmica de funcionamento, regras de composição e competências desses espaços participativos (ALVARENGA et al., 2020; COTTA et al., 2010), o nível de informação e conhecimento dos conselheiros em relação a suas atribuições e funções (COTTA et al., 2009), a qualidade da participação e a relação do conselho com o órgão da administração municipal (COSTA et al., 2018), a participação da sociedade civil nos processos de formulação de políticas públicas (POLETTO et al., 2017), a participação de conselheiros e sua inserção em uma rede que envolve conselhos e organizações da sociedade civil (ANDRADE et al., 2013), a experiência de participação de um movimento popular e sua relação com o poder executivo (GUIZARDI et al., 2006), a participação do segmento dos trabalhadores e os fatores que podem se constituir em entraves à efetiva participação (KEZH et al., 2016).

Algumas pesquisas direcionaram em investigar os motivos da não implementação de Conselhos de Representantes como forma de ampliar o controle social sobre o governo local (GRIN, 2018), o exercício e os aspectos do controle social (MAGALHAES et al., 2018; BASSI et al., 2009), as plataformas de mídia social como uma ferramenta de responsabilidade digital (ALMEIDA, 2021).

O estudo realizado por Costa et al. (2018) constatou um baixo nível de participação dos conselheiros, bem como a falta de qualificação e de conhecimentos sobre suas atribuições (COTTA et al., 2009; COSTA et al., 2018). Eles apontaram fragilidades nos mecanismos utilizados para a realização das

deliberações, isso tende a afetar a qualidade das políticas locais e a acentuar formas não democráticas de tomada de decisão por parte dos governos, refletidas pela apropriação dos conselhos pelo poder executivo (GUIZARDI et al., 2006) e na predominância dos interesses do poder executivo sobre as decisões do Conselho (COSTA et al., 2018), corroborando com os resultados apresentados por Cotta et al. (2010) que apoiam a existência de dificuldade por parte dos representantes do poder executivo em partilhar o poder decisório nos espaços do conselho.

Isso evidencia a importância da qualificação dos conselheiros (COSTA et al., 2018; COTTA et al., 2010) para uma participação e controle social efetivos (COTTA et al., 2010) e que a sociedade deve se apropriar dos Conselhos (COSTA et al., 2018), pois o detalhamento e a formalidade da lei não são suficientes para garantir a efetivação do controle social (BASSI et al., 2009). Para que o controle social ocorra de maneira efetiva é imprescindível garantir maior autonomia aos conselhos, pensar a capacitação como forma de reduzir as assimetrias, concomitantemente ao contínuo exercício de estímulo à participação dos cidadãos (MAGALHAES et al., 2018), bem como uma maior integração entre as políticas sociais (ANDRADE et al., 2013).

Comissão Local de Saúde

Ao analisar as experiências Comissões Locais de Saúde (CLS), que se constituem em fóruns que buscam valorizar e desenvolver práticas gerenciais democráticas e solidárias no âmbito da saúde, Oliveira et al. (2015) afirmam que a participação e a possibilidade de que todos se expressem no processo decisório permitem o desenvolvimento de habilidades e arranjos democráticos pelos cidadãos, considerando a ampliação da democracia por meio de espaços públicos verdadeiramente democráticos, o envolvimento da comunidade e a efetivação do direito universal à saúde no cotidiano dos cidadãos, conforme afirmado na Constituição de 1988 (OLIVEIRA et al., 2017). Somente com uma ampla participação e mobilização social é possível mudar os paradigmas atuais (POLETTI et al., 2017).

Políticas Públicas

Saúde

Ao abordar algumas questões sobre a busca e concretização da participação social no Sistema Único de Saúde (SUS), Coelho (2012) identificou que o envolvimento da população permite a apropriação dos indivíduos nesse processo e alcance de amadurecimento político e ampliação da cidadania, como elementos essenciais ao desenvolvimento de uma sociedade justa. Nesse sentido, a decisão política institucional de fortalecer a participação social na gestão das políticas de saúde democratiza e compatibiliza as ações em saúde pública às reais demandas sociais.

Confirmado pelo estudo de caso realizado por Gonçalves et al. (2017) que buscaram conhecer a participação social em uma iniciativa da promoção da saúde, por meio das ações do Projeto Viva Seu Bairro – PVSB. Nesse estudo, percebeu-se o fortalecimento dos espaços colegiados e a união das lideranças nos bairros em torno de objetivos comuns, e apesar das dificuldades e limitações, houve a formação de uma

espiral crescente de participação, estimulada por uma rede de apoio comunitário.

No entanto, nem todos os mecanismos refletem o fortalecimento dessa participação. Buscando identificar a concepção dos membros do Coletivo Nacional de Saúde do MST sobre a participação no controle social do SUS e discutir as estratégias adotadas nessa direção, Severo et al. (2012) entenderam que a participação do MST nos espaços formais de controle social do SUS é uma questão controversa e ainda em aberto entre os integrantes do Coletivo Nacional de Saúde. Identificou-se que há uma contradição importante entre eles quanto à participação institucional, percebida, de um lado, pela descrença nos espaços institucionais e na participação formal no controle social, e por outro lado, a participação social para a consolidação do direito à saúde e a importância da inserção do MST nesses espaços. Assim, parte dos sujeitos pesquisados priorizam a luta por fora, por entender o Estado como um espaço restrito, e outra parte concebe como importante a participação nos espaços de controle social instituídos como uma estratégia de transformação social.

Ainda na área da saúde, o estudo realizado por Fracolli et al. (2015) investigou as ações intersetoriais, de inclusão e participação sociais desenvolvidas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS), considerando a participação social como um dos pilares para a promoção da saúde. Verificou-se que as ações intersetoriais são propostas pelos ACS do estudo de caso, entretanto à execução dessas ações são pouco realizadas tanto pelos ACS como pelos outros profissionais que atuam na saúde de uma maneira geral. Com isso, pode-se perceber que a capacitação e a educação permanente da equipe multiprofissional, em especial do ACS, são fundamentais para que os profissionais busquem atender às necessidades dos usuários, estimulando a participação e o controle social da comunidade em que atua. Assim, a promoção da saúde coloca a intersetorialidade como um desafio para implantar práticas de promoção da saúde, uma vez que exige a mobilização de recursos políticos, humanos e financeiros que extrapolam o âmbito da saúde.

Especificamente, no âmbito da Política de Saúde Mental foram examinados dois trabalhos. O primeiro realizado por Oliveira et al. (2015), investigou a participação das instâncias de controle social dessa política, a partir da análise das conferências e conselho de saúde, o estudo revelou que a realização das conferências atendeu mais ao propósito democratizante, sem exercer influência nas decisões políticas no âmbito do conselho, evidenciando os limites das instâncias de controle social na gestão do SUS em relação à saúde mental e apresentando desafios para os gestores desta política. E, no segundo, Costa et al. (2012) analisaram os desafios da Reforma Psiquiátrica, a partir do exercício de protagonismo e participação social de usuários em saúde mental, eles constataram que os processos boicotam o protagonismo e favorecem a manutenção da histórica passividade dos usuários de saúde mental, há disputa de interesses e hierarquização nas relações de poder entre profissionais e usuários, bem como o as formas de condução do processo participativo apresentam fatores que podem inviabilizar ou reduzir as possibilidades de protagonismo em saúde mental.

Assistência Social

No que diz respeito a relação entre estado e municípios, considerando os efeitos dos aportes

financeiros do nível estadual destinados à participação em âmbito municipal, Silva et al. (2021) verificou o cumprimento da prioridade estabelecida de “apoiar o funcionamento das instâncias de controle e participação social da política de assistência social” e concluiu que para dar suporte aos municípios é fundamental uma maior destinação de recursos ao eixo da participação e controle social por parte dos estados.

Recursos Hídricos e Saneamento

Com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento das práticas participativas de gestão das águas, Souza (2017) identificou a existência de diversos mecanismos de controle social, definidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), bem como a existência de entraves e limitações no funcionamento desses espaços. Ainda, o autor pontua a importância de mecanismos de participação, instituídos na perspectiva do controle social dispostos no marco legal, pois organiza as relações entre os atores sociais envolvidos. Contudo, alerta que a existência da legislação não é suficiente, pois não assegura que as práticas decorrentes sejam empreendidas de modo a concretizar os objetivos propostos.

Moisés et al. (2010) relataram uma análise crítica de dois programas governamentais federais, que apontam a importância da participação, da mobilização, do controle social e da educação em saúde e ambiental, permeando a política de saneamento, visando ao empoderamento dos grupos sociais para efetiva inserção e intervenção nesses processos. Esses programas apresentam como foco principal o atendimento as comunidades por meio de ações e investimentos em saneamento, a fim de conferir sustentabilidade a essas ações.

Para os autores, a educação em saúde, a educação ambiental e a mobilização social são processos permanentes de transformação social, que contribuem para a participação social e para o exercício democrático do controle social, destacando o papel da sociedade na participação e no controle social, no planejamento e implantação dos programas de saneamento, visando à otimização destes investimentos.

Resíduos Sólidos

Bringhenti et al. (2011) buscaram conhecer a percepção sobre a questão da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, e ao relacionar à participação social em programas de coleta seletiva identificaram fatores de motivação, como: o meio ambiente e a qualidade de vida associados à melhoria da limpeza urbana; a redução do perigo, representado pela manipulação e disposição inadequada de RSU, à população e ao pessoal que trabalha na limpeza urbana; a organização e a adequação da estrutura operacional implantada para dar suporte ao programa; e a existência de ações continuadas de divulgação, mobilização e informação. Já os principais aspectos que impedem ou dificultam a participação da população na coleta seletiva estão associados à ausência dos fatores de motivação identificados.

Ainda, esse estudo verificou a adequação da classificação da população alvo de programas de coleta seletiva em três grupos: cativo, de participação eventual e que não participa, bem como que há mobilidade entre os diferentes grupos identificados, por isso aconselha-se a implementação de mecanismos para

sensibilização e mobilização social.

Habitação

Buscando contribuir com a avaliação dos limites e avanços da democracia participativa, Lima (2014) se debruça sobre o processo de construção e implementação de uma política pública, tomando por base o segmento da habitação. O processo de construção e implementação dessa política apresenta-se alinhado a princípios e diretrizes da democracia participativa. Contudo, observou-se a complexidade da dinâmica estatal através do conflito de agendas dentro do próprio governo, ao identificar o fortalecimento dos princípios, diretrizes e instrumentos historicamente construídos, percebeu-se que o pragmatismo na execução voltada para governabilidade limitou os avanços da prática democrática.

Para o autor, a articulação entre a democracia representativa e participativa evidenciou a multiplicidade dos sujeitos coletivos que compõem a cena política brasileira, bem como o aumento de espaços institucionais, que aponta para um processo de pacificação dos conflitos sociais (LIMA, 2014). Nesse sentido, ele pontua a necessidade de estar atento para a condução da política nessas esferas públicas, principalmente quando se é construída uma convergência em torno de projeto único e consensual que tende a erradicar os conflitos e antagonismos, podendo dissipar seu potencial emancipatório, ou aniquilar a essência do espírito democrático.

Conferência

Waldman et al. (2021) analisaram como foi abordado o tema da infância em duas Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes, considerando os eixos temáticos definidos, as propostas elaboradas e aprovadas, o número de crianças presentes e a forma como se deu a sua participação nas conferências. Os autores constataram que nenhuma das duas edições apresentaram um eixo específico para o tema da infância, mas a segunda conferência trazia a menção à especificidade da criança migrante em um dos quatro temas transversais e o indicativo de que para a próxima conferência, seja considerada a possibilidade de inclusão de um eixo específico com o tema das crianças e adolescentes migrantes.

Redes e Participação Social

O estudo de Barros (2011) aborda as novas forças sociais, novas estruturas de poder e novos espaços públicos de governança, participação e cidadania na contemporaneidade, trazendo as experiências das redes de organizações da sociedade civil (OSCs) e movimentos sociais brasileiras, evidenciando uma diversidade significativa de modos de interação política entre as redes da sociedade civil e o Estado.

O autor pontua que as novas formas de liderança política de determinados atores e organizações da sociedade civil e os novos espaços públicos de governança e cidadania estruturados ou ampliados a partir das interações com agências de cooperação internacional geram uma série de problemáticas relativas às condições de participação e representação e, sobretudo, à democracia e aos papéis dos Estados nacionais em âmbito internacional-global.

Peixoto et al. (2016) apresentam um conjunto de contribuições teórico-analíticas acerca do fenômeno das redes, com foco na participação social estruturada sob esse formato. Para os autores, a partir de políticas públicas estruturadas em rede surgem paralelamente as redes de participação social, que são estruturadas com o intuito de incorporar-se nas diversas etapas das políticas públicas, acompanhando a multiplicidade de ações e significados estruturantes da própria política (PEIXOTO et al., 2016). Assim, a análise das redes de participação exige do pesquisador uma reflexividade permanente e constante, aberta à captação das especificidades da atuação em rede.

Na quinta etapa desta revisão integrativa foi realizada a análise e interpretação dos 32 trabalhos com a finalidade de extrair como está sendo estudado a participação social no Brasil, conforme será apresentado a seguir.

A partir da leitura e análise dos artigos indicados na relação de trabalhos apresentados na Tabela 1, é possível perceber que o construto Participação Social possui vários estudos teóricos. Porém, a maioria dos estudos são empíricos, que consequentemente validam, comprovam ou complementam conhecimentos e nuances relacionadas ao tema.

Os estudos empíricos permitem compreender como eles são aplicados na prática e como estão sendo estudados em determinados contextos, representando 59,38% dos artigos analisados. Existem, porém, aqueles que, de modo empírico, trazem novas teorias e/ou complementações ao construto já existente, o que representa 15,62% da amostra. Já os trabalhos do tipo teórico (25%) têm como objetivo complementar ou dar uma nova visão ao construto.

Tabela 1: Tipos de Pesquisas utilizados nos estudos sobre Participação Social.

TIPOS DE PESQUISA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Empírico	19	59,38%
Teórico	8	25%
Teórico – Empírico	5	15,62%
Total	32	100%

Analisando o acesso aos dados e as estratégias de pesquisa, identificou-se que a grande quantidade de trabalhos empíricos — que, no total, representam 75% da amostra — as informações analisadas são obtidas por meio de entrevistas. Também há uma quantidade significativa de estudos de casos, seguida por ensaio teórico, análise de dados e revisão da literatura, como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2: Métodos de Pesquisas utilizados nos estudos sobre Participação Social.

MÉTODO DE PESQUISA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Análise de dados	2	6,25%
Estudo de caso	26	81,25%
Ensaio teórico	3	9,38%
Revisão da literatura	1	3,12%
Total	32	100%

O método de pesquisa que apresentou maior frequência foi o estudo de caso, constituído a partir de um conjunto de observações que possam ser utilizadas como evidências e que possibilita diferentes unidades de análise, que tem a capacidade de nos ajudar a entender o caminho de eventos significativos e associações entre causas e efeitos (GERRING, 2007). Isto está alinhado ao número de pesquisas empíricas encontradas,

refletindo que há o contato do pesquisador com o campo, apresentando um conhecimento real e empírico do ambiente de pesquisa. Os métodos de pesquisa estão alinhados diretamente com as abordagens utilizadas nos trabalhos analisados, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: Abordagens utilizadas nos estudos sobre Participação Social.

ABORDAGEM	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ensaio teórico	3	9,38%
Qualitativa	27	84,37%
Qualitativa e quantitativa	2	6,25%
Total	32	100%

Constata-se uma predominância na utilização de métodos qualitativos, na perspectiva de compreender melhor um fenômeno de forma integrada no contexto em que ocorre e do qual é parte. Para tanto, o pesquisador entra no campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva dos sujeitos nele envolvidos, considerando todos os pontos de vista relevantes.

A Tabela 4 apresenta a sistematização dos temas abordados nos artigos sobre participação social no Brasil, que foram classificados segundo nove temas: “Comissão Local de Saúde”, “Conferência”, “Conselho”, “Instituições Participativas”, “Orçamentos Participativo”, “Políticas Públicas” e “Redes e Participação Social”. Utilizou-se, para essa classificação, um critério de abordagem direta ou indireta do tema nos estudos analisados.

Tabela 4: Temas abordados nos estudos sobre Participação nos artigos analisados.

TEMAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Comissão Local de Saúde	2	6,25%
Conferência	1	3,12%
Conselho	12	37,5%
Instituições Participativas	2	6,25%
Orçamento Participativo	1	3,12%
Políticas Pública	12	37,5%
Redes e Participação Social	2	6,25%
Total	32	100%

Como é possível observar nos dados apresentados, 75% dos artigos analisados estão relacionados ao estudo da participação e/ou controle social em políticas públicas e conselhos, em que se discutem seus limites e suas possibilidades para democratizar a gestão e as relações entre Estado e sociedade. De fato, a presença dos Conselhos em todos os níveis da federação, inclusive por obrigatoriedade legal, é acompanhada pela análise da produção técnico-científica. É possível perceber que à medida que se aborda o tema participação, alguns subtemas são facilmente integrados como democracia, governo, governança, organizações da sociedade civil, entre outros.

Sobre “Redes e Participação Social” pode-se afirmar que vem crescendo os estudos voltados para esse tema, direcionados para a análise das experiências das redes OSCs e movimentos sociais no Brasil, evidenciando uma diversidade significativa de modos de interação política entre as redes da sociedade civil e o Estado, principalmente após o processo de redemocratização do nosso país.

CONCLUSÕES

A síntese do conhecimento é a última etapa da revisão integrativa da literatura, que compreende a

descrição das fases percorridas pelos pesquisadores e apresenta os principais resultados. Este artigo teve por objetivo compreender o estado da arte sobre o que e como está sendo pesquisada a temática sobre participação social no Brasil, com o intuito de apresentar o conhecimento atual sobre o tema, bem como permitir a geração de novos conhecimentos a partir dos resultados. Esta revisão percorreu todas as etapas propostas ao delimitar o tema e definir a questão de pesquisa; explicitar a forma de busca dos estudos, resultando em 75 trabalhos; aplicar critérios de inclusão e exclusão, gerando a pré-seleção de 41 trabalhos sintetizados; categorizar os estudos selecionados (Quadro 1); criar uma matriz com os temas abordados nos 32 artigos (Tabela 4); realizar a análise e interpretação dos dados e apresentar as considerações que seguem.

Por meio da análise da produção científica referente a participação social no Brasil, buscou-se verificar o que está sendo estudado e como a temática vem sendo discutida. Assim, verificou-se que a participação social ganhou grande importância nas últimas décadas no contexto nacional, partindo de iniciativas de caráter participativo, ainda na década de 1980, as quais foram incorporadas e institucionalizadas pela Constituição de 1988. Há um aumento da produção em participação social desde a década de 1990 e esse crescimento tem sido constante.

Os achados são consistentes com estudos anteriores que investigam a participação social sob a perspectiva das políticas públicas, instituições participativas, conferências, conselhos e orçamentos participativos. Por outro lado, evidenciam a necessidade de adotar novas metodologias a fim de ampliar a participação ativa de crianças na formulação de políticas públicas às quais são as principais destinatárias (WALDMAN et al., 2021), bem como as contribuições teórico-analíticas acerca do fenômeno das redes focado na participação social (PEIXOTO et al., 2016).

Com a descentralização e a democratização dos processos de gestão das políticas públicas de forma participativa, com base nos dados apresentados e analisados, o estudo da participação social no Brasil permitiu verificar um volume significativo de estudos debruçados sobre políticas públicas, com destaque para a área da saúde, e sobre a estrutura, implementação e funcionamento dos conselhos, porém ainda com necessidade de uma maior publicização das experiências e dos conhecimentos gerados sobre os conselhos criados no âmbito dos orçamentos participativos. Verifica-se que há formatos institucionais de participação surgindo em nossa sociedade, no entanto se percebe a necessidade de se aprofundar as motivações para participação nesses espaços.

Ao examinar como está sendo estudada a participação social no Brasil, verificou-se a predominância de trabalhos empíricos, com uma quantidade significativa de estudos de casos e utilização de métodos qualitativos, na perspectiva de compreender melhor um fenômeno de forma integrada a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e considerando todos os pontos de vista relevantes.

A participação social destaca-se na produção técnico-científica, no entanto a análise permitiu identificar algumas lacunas teóricas que ainda não foram supridas como: realizar pesquisas comparativas nas diversas áreas de políticas públicas para visualizar como se comportarão as IPs e seus atores (BARROS, 2011; ALMEIDA et al., 2020); testar a cadeia causal que liga as instituições participativas à cobrança de impostos (TOUCHTON et al., 2021); estudar a relação entre estados e municípios no aporte de recursos para as

Instituições Participativas, buscando mensurar o grau ou intensidade das dimensões da deliberação e da representação dos conselhos (SILVA et al., 2021); identificar os diferentes tipos de temas podem influenciar as possibilidades de interação pública (ALMEIDA, 2021); aprofundar a análise da prática dos conselhos, observando os interesses envolvidos e o que de fato pretendem os sujeitos participantes desses espaços decisórios, bem como investigar como os conselhos estão cumprindo com seu papel de acompanhar a formulação e a implementação da Política de Saúde Mental (OLIVEIRA et al., 2015) e a possibilidade de participação ativa desse segmento nos espaços participativos (COSTA et al., 2012); avançar em pesquisas que revelem a significação simbólica dos movimentos sociais sobre a concepção de controle social do SUS (SEVERO et al., 2012).

Cabe ressaltar que as observações e críticas efetuadas apontam lacunas, tendo em vista a evolução desse campo, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas sobre participação social direcionadas a estrutura, implementação e efetividade dos conselhos, tanto os relacionados com as diversas políticas públicas como as políticas de governo, a exemplo dos conselhos constituídos no âmbito dos orçamentos participativos; analisar as motivações dos indivíduos em participar dos espaços institucionalizados, visando fornecer subsídios para ampliar essa participação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C.; CUNHA, F. S. A. Participação Social Pós-Constituição de 1988: O que se Tem Discutido a Respeito? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.22, n.71, p.23-38, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.64000>

ALMEIDA, D. R.. Representação da sociedade civil e responsabilidade digital nas instituições participativas brasileiras (Civil society representation and digital accountability in Brazilian participatory institutions). **Journal of Chinese Governance**, v.6, p.1-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/23812346.2020.1721956>

ALMEIDA, D. R.; VIEIRA, A. K; KASHIWAKURA, G.. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment. **Revista do Serviço Público**, v.71, n.1, p.140-170, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3516>

ALVARENGA, B; JAYO, M; CALDAS, E. L.. Participação social e segurança pública: funcionamento e desafios dos Conselhos Comunitários de Segurança no Estado de São Paulo (Brasil). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n.66, p.01-16, 2020.

ANDRADE, G. R. B.; VAITSMAN, J.. A participação da sociedade civil nos conselhos de saúde e de políticas sociais no município de Piraí, RJ (2006). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.7, p.2059-2068, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000700021>

ARNSTEIN, S. R.. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v.35, n.4, p.216-224, 1969. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>

AVRITZER, L.. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L.. **Experiências nacionais de**

participação social. Belo Horizonte: Cortez, 2010.

BARROS, F. L.. Redes e participação social em campos políticos da cooperação internacional: a experiência brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.2, p.301-327, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000200014>

BASSI, M. E.; CAMARGO, R. B.. Participação e controle social no Fundef e no Fundeb. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v.2, n.1, p.105-118, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v2e32009105-118>

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M.. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n.11, p.121-136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BRINGHENTI, J. R; GÜNTHER, W. M. R.. Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.421-430, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522011000400014>

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COELHO, J. S.. Construindo a participação social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.21, n.1, p.138-151, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000500012>

COSTA, D. F. C.; PAULON, S. M.. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.36, n.95, p.572-582, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103->

[11042012000400009](https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300005)

COSTA, M.; BOTELHO, A.. A qualidade da participação em Conselhos Gestores de Políticas Públicas: a experiência de um Conselho de Assistência Social. **Emancipação**, v.18, p.356-366, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.18i2.0008>

COTTA, R. M. M.; CAZAL, M. M.; CASTRO, J. F.. Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des) informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, v.19, n.2, p.419-438, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000200010>

COTTA, R. M. M.; CAZAL, M. M.; MARTINS, P. C.. Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.5, p.2437-2445, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500018>

CUNILL, N.. **Participación ciudadana: Dilemas y perspectivas para la democratización de los Estados Latinoamericanos**. Caracas: Clad, 1991.

DAGNINO, E.. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: **Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización**. Caracas: FACES, 2004.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C.. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. **Revista de Administração Pública**, v.42, n.1, p.109-131, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000100006>

FRACOLLI, L. A.; GOMES, M. F. P.; NABÃO, F. R. Z.; OLIVEIRA, J. A. A.; PACHECO, C. R. S.; BAHIA, T. F.. Perspectivas das ações intersetoriais, de inclusão e participação sociais desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.28, n.1, p.82-88, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2015.p82>

GERRING, J.. The case study: what it is and what It does. In: BOIX, C.; STOKES, S. C.. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GONÇALVES, C. C. M.; BÓGUS, C. M.. Participação Social, Planejamento Urbano e Promoção da Saúde em Campo Grande (MS). **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.617-640, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00057>

GRIN, J. E.. A berlinda entre a democracia representativa e o controle social: os Conselhos de Representantes no governo do PT (2001-2004) na cidade de São Paulo. **Administração Pública e Gestão Social**, v.10, n.2, p.136-147, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v0i0.5335>

GUIZARDI, F. L.; PINHEIRO, R.. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.797-805, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000300027>

HEATER, D.. **A Brief History of Citizenship**. New York: New York University Press. 2004.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.443-454, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300005>

KAUCHAKJE, S.. Participação Social no Brasil Diante da Desestruturação das Políticas Sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Emancipação**, v.2, n.1, p.159-176, 2002.

KEZH, N. H. P.; BÓGUS, C. M.; MARTINS, C. L.. Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.25, n.4, p.950-963, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016166156>

LIMA, A. N. V.. O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.48, n.6, p.1431-1450, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121600>

MAGALHÃES, F. G. G. P.; XAVIER, W.. Aspectos de autonomia e heteronomia no exercício do controle social em um Conselho Municipal de saúde (Aspects of autonomy and heteronomy in the exercise of social control in a Municipal Health Council). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.23, n.75, p.261-283, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.66371>

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

MOISÉS, M.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C.; MONTEIRO, S. C. F.. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.5, p.2581-2591, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500032>

OLIVEIRA, A. M. C.; DALLARI, S. G.. Participação social no contexto da Atenção Primária em Saúde: um estudo de caso das Comissões Locais de Saúde do SUS de Belo Horizonte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.1059-1078, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400002>

OLIVEIRA, A. M. C.; DALLARI, S. G.. Análise dos fatores que influenciam e condicionam a participação social na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.41, n.3, p.202-213, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S315>

OLIVEIRA, T. A.; TEIXEIRA, C. F.. Participação das instâncias de controle social na Política de Saúde Mental da Bahia, 2001-2013. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.39, p.132-144, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005467>

PEIXOTO, L. A. G.; MAKIUCHI, M. F. R.. Perspectivas Teórico-Metodológicas sobre Participação Social em Rede. **Revista Chilena de Administración Pública**, n.27, p.41-64, 2016.

PINSKY, C. B.; PINSKY, J.. **A história da cidadania**. São Paulo:

Contexto, 2016.

POLETTI, E. D.; RONCONI, L. F. A.. A Participação da Sociedade Civil nas Políticas Públicas de Habitação: Uma Análise sobre o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v.11, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19177/reen.v11e02018122-144>

SEVERO, D. O.; DAROS, M. A.. A Participação no controle social do SUS: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.21, n.1, p.177-184, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000500015>

SIM, J. B. Y.. Social studies and citizenship for participation in Singapore: how one state seeks to influence its citizens. **Oxford Review of Education**, v.37, n.6, p.743-761, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/03054985.2011.635103>

SILVA, E. M.; LEANDRO, J. G.; ANDRADE, L. S.; MARQUES, S. M.; FIGUEIREDO, M. V.. Cofinanciamento estadual para participação e controle social no âmbito da assistência social e seus efeitos para o funcionamento dos conselhos municipais: uma análise a partir dos Estados de Minas Gerais e Pará. **Revista do Serviço Público**, v.72, n.3, p.635-662,

2021.

SOUZA, C. M. N.. Gestão da água e saneamento básico: reflexões sobre a participação social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.26, n.4, p.1058-1070, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170556>

TOUCHTON, M.; WAMPLER, B.; PEIXOTO, T.. Da governança democrática e das receitas: Instituições participativas e geração de impostos no Brasil (Of democratic governance and revenue: Participatory institutions and tax generation in Brazil). **Journal of Policy, Administration and Institutions**, v.34, n.2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/gove.12552>

WALDMAN, T.; BREITENVIESER, C.. Caminhos da participação social na formulação de políticas públicas: infância e migração internacional em São Paulo. **Zero-a-Seis**, v.23, p.627-651, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e73428>

WEN, Q. J.; REN, Z. J.; LU, H.; WU, J. F.. The progress and trend of BIM research: A bibliometrics-based visualization analysis. In: **Automation in Construction**, v.124, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.autcon.2021.103558>

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561157920951545888769/>